



# Anais da Assembléia

Nº 096

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE AGOSTO DE 1991 ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 73.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edison Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha e Luiz Antonio Setti (04). Achando-se em licença o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, em persistindo os motivos que o impediram de comparecer a plenário em data de ontem,

vem a presença de V.Exa., justificar seu não comparecimento a sessão de hoje 14.08.91.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Telex:

"TELEX NR. 425/91

CURITIBA, 08 DE AGOSTO DE 1991.

AA SUA EXCELENCIA O SENHOR

DEPUTADO ESTADUAL DO ESTADO DO PARANÁ

ANIBAL KHURY

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

NESTA

SENHOR PRESIDENTE.

A ONDA DE INVASOES DE TERRA NO PARANÁ ESTÁ RECRUDESCENDO, APARENTEMENTE EM OBEEDIENCIA A UMA PROGRAMACAO ORQUESTRADA : O MOVIMENTO ILEGAL QUE ERA MAIS VIVO NA REGIAO DO NORTE PIONEIRO, ESPALHA-SE POR OUTROS MUNICIPIOS, COMO ÉH O CASO DE LONDRI-NA E BITURUNA.

OS INVASORES DE TERRAS TEM PROCURADO TOMAR POSSE PRINCIPALMENTE DAS AREAS DE PRESERVACAO PERMANENTE, PROTEGIDAS PELA LEGISLACAO FEDERAL, DERRUBANDO MATAS E ROUBANDO GADO.

DIVERSOS PROPRIETÁRIOS JÁH OBTIVERAM LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE SUAS TERRAS, MAS ATÉH AGORA AS ORDENS JUDICIAIS NÃO TEM SIDO CUMPRIDAS COM RIGOR, GERANDO SITUAÇÃO DE INTRANQUILIDADE.

AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO, PAUTADAS PELO DECRETO 582, DE 15/07/91, NÃO TEM RESULTADO EM EFEITOS PRATICOS PARA LIBERAR AS AREAS INVADIDAS NEM PARA CONTER NOVAS INVASOES.

OS PRODUTORES RURAIS TEMEM, COM RAZAO, QUE AS INVASOES POSSAM SE MULTIPLICAR, PROVOCANDO CONFLITOS E CRIANDO PANICO ENTRE OS PROPRIETARIOS.

DESSA FORMA, VIMOS SOLICITAR PROVIDENCIAS, NO SENTIDO DE REGULARIZAR A SITUAÇÃO, COM O CUMPRIMENTO URGENTE DAS DECISOES JUDICIAIS E COM A ADOCAO DE MEDIDAS ENERGIICAS DE DISSUAÇÃO, PARA EVITAR NOVAS INVASOES DE TERRAS E PARA GARANTIR O DIREITO AA PROPRIEDADE.

CERTOS DE VOSSA ATENÇÃO, APRESENTAMOS Nossos PROTESTOS DE ESTIMA E CONSIDERAÇÃO. ATENCIOSAMENTE,

AGIDE MENEGUETTE

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP"

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1920

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o projeto de lei n° 330/91 (Mensagem n° 058/91), que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Campo Mourão os imóveis de propriedade do Estado constituídos pelos lotes de terrenos urbanos ali descritos.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 1921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER regime de urgência para a votação do Projeto de Lei 327, relativo a Mensagem n° 055/91, do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

A necessidade de um organismo forte e adequado para o atendimento às necessidades e soluções que a RMC requer, exige que tenhamos esta nova estrutura da COMEC.

Portanto, quanto antes tivermos esta adequação mais rápida a RMC verá resultados na solução de seus problemas.

#### REQUERIMENTO N° 1922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, regime de urgência de votação ao Projeto de Lei 303/91, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto visa permitir que o Senai receba uma área para que lá estabeleça uma Escola Técnica de Cerâmica visando a melhor formação da mão-de-obra local para que a modernização seja melhor alcançada pelas indústrias de Campo Largo. Um dos óbices era de que o imóvel estava ainda de posse do Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana no Estado do Paraná que necessitava declinar da área em nome do SENAI. Fato solucionado pela carta em anexo.

Solicitamos portanto, que este pedido seja aceito pois os recursos financeiros e as vontades estão todas resolvidas para que a Escola seja implantada, faltando apenas o apoio desta Casa.

#### REQUERIMENTO N° 1923

Senhor Presidente.

Curitiba, quarta, em 14.08.91

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO N° 1934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, voto de pesar pelo falecimento do jovem casal José Augusto Palu e Sirlei Dranka Palu, e sua filha Bruna, de 24, 22 e 4 anos de idade, respectivamente. Os três pereceram em trágico acidente de automóvel, dia 8 do corrente, por volta das 21h 30m, na BR-116, junto à sede do município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

O lamentável acontecimento traumatizou a comunidade de Mandirituba, que o Deputado autor desta proposição tem a honra de representar nesta Casa. É que as vítimas do acidente era filho, nora e neta de Valcir Muller Pauli e Nirce Taborda Palu, membros de tradicional família de pioneiros do município.

O prateado José Augusto Palu era neto do falecido Angelo Palu Sobrinho, um dos precursores do desenvolvimento de Mandirituba e nome ligado a muitos empreendimentos de caráter social no município. Entre esses, foi fundador e presidente do Conselho de Administração do então Hospital Bom Jesus, hoje hospital de Mandirituba, uma obra de grande expressão e alcance social. Sua mulher, também falecida, esteve entre as primeiras professoras do município, com expressivo desempenho no desenvolvimento do ensino local.

No acidente, o casal de José Augusto Palu e a pequena Bruna retornavam de Curitiba, num automóvel da família, quando foram brutalmente colhidos por um caminhão que saía abruptamente de uma balança rodoviária situada no Km 124 da BR-116.

Pelas razões expostas, proponho a solidariedade desta Casa ao grande pesar de Mandirituba pelo infausto episódio, para ficar constando nos anais dessa Assembléia Legislativa o registro de seus profundos pêsames, extensivos ao prefeito daquele município, Francisco Claudino, e os senhores membros da Câmara Municipal.

#### REQUERIMENTO N° 1927

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 167/91, de minha autoria, que dispõe sobre o destino dos veículos apreendidos no tráfico de drogas e com numeração de chassis remarcada.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

#### REQUERIMENTO N° 1933

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja destinada a primeira hora da sessão ordinária, do dia 26 de agosto do corrente, para que se receba, em caráter oficial, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional São Paulo, Dr. José Roberto Botochio, que deverá ocupar o horário requerido para tratar do Tema "Pena de Morte", numa lembrança ao fragoroso erro judiciário cometido contra o fazendeiro Manoel da Mota Coqueiro, último condenado à morte no País, em 1855.

Requer, outrossim, que seja expedido, com a máxima urgência, expediente oficial da Casa a todas as Câmaras Municipais do Estado do Paraná, sugerindo que naquela mesma data elas abram espaço para manifestações sobre o tema.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

No Congresso Nacional o Deputado Amaral Neto, PDS do Rio de Janeiro, propôs a Emenda Constitucional nº 001, que prevê a adoção da Pena de Morte no Brasil, com a realização de um plebiscito 18 meses após a sua votação.

O Deputado quer dar uma marcha à ré na história. O mais triste é constatar que ele consegue muitos seguidores.

A emenda é reconhecidamente inconstitucional. Fere os artigos 5º e 60 da Constituição Federal, que garante expressamente o direito à vida, e veda a apresentação de emendas tendentes a abolir este direito.

Como se não bastasse esta afronta à Constituição, já está por demais demonstrado que a pena de morte é ineficaz no combate à violência e merece a nossa mais direta e franca repulsa.

Há algum tempo, sabendo que esta tese e razão de vida do Deputado Amaral Neto seduz novos adeptos, estou empenhada numa campanha de conscientização contra a pena de morte. Fui buscar na OAB-PR o apoio necessário a esta iniciativa, já que, com o peso e a tradição de luta democrática da entidade, ela foi uma das primeiras a se

manifestar contra a desumana proposta.

Um questionamento se levanta neste momento: como vamos entregar a um Estado que não garante os direitos básicos da cidadania aos brasileiros, o direito de matar?

Nesta hora é importante lembrar o caso do último executado no país: o fazendeiro Manoel da Mota Coqueiro, acusado de chacinar a família do colono Francisco Benedito, em Macaé, no Estado do Rio. Era 26 de agosto do ano de 1855, período do Império. E só 22 anos depois de Mota Coqueiro ser enforcado é que foram descobertos os verdadeiros autores da chacina.

Em lembrança a esta verdadeira história de horror é que pretendemos trazer a este Plenário, no próximo dia 26 de agosto, a voz de um experiente criminalista paulista, Dr. José Ribeiro Batochio, que também se insurge contra a pena de morte.

Considerando a importância do tema, estamos sugerindo a todas as Câmaras Municipais paranaenses, para que naquele dia também se manifestem sobre o assunto.

Como parlamentar, e também como cristã, acredito que temos é que trabalhar para garantir aos brasileiros vida digna e plena aos direitos que a cidadania confere. Assim, só podemos dizer um sonoro NAO à pena de morte!

#### REQUERIMENTO N° 1929

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER -à Mesa ouvido o Plenário, oficie-se às autoridades relacionadas abaixo, solicitando providências para implantação de linha de ônibus circular entre Mandaguá e Ourizona, conforme justifica:

a) Ao Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira;

b) Ao Diretor, da Divisão de Serviço de Transporte Comercial, Geminal Tocá, da Secretaria de Estado dos Transportes;

c) Ao Gerente da Viação Real Ltda., Sr. José Barbara, à Avenida América, 494, em Cianorte.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) JOSÉ ALVES

#### JUSTIFICATIVA:

A população de Ourizona, próxima a Maringá, tem reclamado constantemente, pela falta de linhas regulares de ônibus, entre Ourizona e Mandaguá, principalmente nos horários de ida e volta ao trabalho, entre 6 e 8 horas, e entre 18 e 20 horas.

Por falta de mercado de trabalho na cidade, a população de Ourizona tem se deslocado, diariamente, para Mandaguá, Iguatemi e, principalmente, para Maringá.

Entre Maringá e Mandaguá há circulações de 30 em 30 minutos, facilitando locomoção diária e intermitente da população daquele trecho. Mas, entre Ourizona e Man-

daguaçu, distante 15 quilômetros, há dificuldades de locomoção da população, por falta de linhas de ônibus circulares nesse trajeto.

REQUERIMENTO N° 1930

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, oficie-se às autoridades abaixo relacionadas, pedindo providências para o asfaltamento da Rodovia PR-454, entre Maringá e Astorga, via Tupinambá, conforme justifica:

a) ao Governador Roberto Requião de Mello e Silva;

b) ao Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira;

c) ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, Rogério Walbach Tizzot.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia PR-454, que liga Maringá a Astorga, via distrito de Tupinambá, é a mais antiga rodovia utilizada naquele trecho de estrada, e servia muito para o tráfego entre Maringá e Londrina, via Astorga, e entre Maringá e Estado de São Paulo.

Com o asfaltamento da Rodovia PR--317, entre Maringá e Inguaraçu, a PR-454 ficou no esquecimento das autoridades estaduais, com grandes prejuízos para os moradores daquela região.

O asfaltamento da PR-454 trará inúmeras vantagens à região, entre as quais:

a) escoamento da safra agrícola da região;

b) atendimento à população com linhas de ônibus, o que não existe mais;

c) nova opção para o transporte rodoviário, com encurtamento de distância.

REQUERIMENTO N° 1932

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, oficie-se às autoridades abaixo relacionadas, pedindo urgentes providências para a regularização da linha de ônibus na Rodovia PR-454, entre Maringá e Astorga, passando pelo Distrito de Tupinambá, conforme passa a justificar adiante.

a) ao Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira;

b) ao Diretor da Divisão de Transporte Comercial, Geminal Tocá, da Secretaria de Estado dos Transportes;

c) ao Gerente Geral da Viação Garcia, Dr. Fernando Campinha Garcia Cid, em Londrina.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia PR-454, que liga Maringá a Astorga, via Distrito de Tupinambá, era, no passado, uma rodovia de tráfego intenso, com linhas de ônibus entre aquelas duas cidades, sob responsabilidade da Viação Garcia.

Com o asfaltamento da PR-317, entre Maringá e Inguaraçu, aquela rodovia, a PR-454 ficou completamente abandonada, quer com relação ao asfaltamento, quer com linhas regulares de transporte coletivo. A população residente ao longo da rodovia, agricultores, bem como a população do Distrito de Tupinambá, não tem mais como se locomover por transporte coletivo. Apenas a Prefeitura de Astorga tem atendido, na medida do possível, para locomoção do pessoal residente naquela região. O acesso a Maringá tem sido difícil, ou quase impossível, devido à desativação das linhas de ônibus da Viação Garcia, que servia à região.

REQUERIMENTO N° 1916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Renato Pedroso - Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando a criação na Comarca de Arapongas de uma (1) Vara de Menores, Família e Registros Públicos.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

A cidade e município de Arapongas constitui-se hoje no maior parque moveleiro do Paraná e um dos maiores do Brasil.

O seu parque industrial cresceu de tal modo que conta hoje com mais de três centenas de empresas o que valeu para o município o 11° lugar no "ranking" dos municípios arrecadores do Estado.

Nessas condições o volume de serviço forense subiu surpreendentemente suplantando várias outras Comarcas da mesma categoria.

As autoridades administrativas municipais têm voltado suas vistas para o trabalho que vise a proteção integral à criança e ao adolescente numa política global de defesa dos direitos sociais da coletividade araponguense.

Para execução e controle destas iniciativas a participação do judiciário é imprescindível razão porque, a par do preenchimento dos requisitos contidos na Lei de Organização Judiciária, a criação da Vara de Menores na Comarca de Arapongas, facilitará as mudanças sociais desejadas.

REQUERIMENTO N° 1924

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a remessa de materiais odontológicos para a municipalidade de Mallet.

A liberação de materiais odontológicos se faz necessária com a maior urgência, em vista de assegurar o pleno funcionamento dos postos de saúde público, hoje atendendo de modo precário, em prejuízo às pessoas carentes.

Assim sendo, espera-se, no menor prazo de tempo possível, que sejam tomadas as providências que se fizerem necessárias visando resolver o aludido problema.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1926

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, no sentido da destinação de materiais odontológicos para a municipalidade de Rio Azul.

Atualmente, o atendimento dentário vem se realizando de modo precário, tendo em vista a carência de materiais para tal tratamento médico. A consequência mais direta é a inviabilização dos trabalhos, notadamente com relação às camadas mais carentes do Município.

Pelas razões apresentadas, espera-se por parte dessa Pasta, o encaminhamento de medidas que visem resolver o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1931

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso das atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial, solicitando à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR que elabore estudos, projetos e instalação de telefones públicos tipo "orelhão" nos estabelecimentos escolares no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) EURIDES MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o telefone tornou-se instrumento indispensável ao desenvolvimento de qualquer atividade administrativa. Junto a isso, os estabelecimentos escolares congregam grande número de pessoas que constantemente necessitam de comunicação

com outros órgãos e suas famílias.

O telefone é necessário também à segurança dos estabelecimentos e das pessoas. Numa época de insegurança reinante em que as escolas estão sendo alvos preferidos por marginais, o telefone será a forma rápida de socorrer-se junto aos órgãos de proteção.

Com a presente medida pretende-se mobilizar a TELEPAR para que em breve tenha condições de implantar tal benefício.

#### REQUERIMENTO N° 1939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Osni Ribas Alves, Digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA/regional Paraná, no sentido de que seja liberado recursos financeiros e/ou materiais, para a construção de uma creche no Parque San Remo em Umuarama.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Umuarama, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente a nível de sede e de seus distritos administrativos.

Através de sua Secretaria de Bem-Estar-Social, a Prefeitura coloca-se neste processo, como instrumentalizadora das iniciativas da comunidade e, em particular, no que se refere a creches, não só por entender que o menor necessita de um local para ser atendido em suas necessidades básicas e que creche é um direito da mulher trabalhadora. Porém, compreende também que o acesso ao trabalho é a questão principal, em toda a ação que busque a promoção social.

Nada mais justo, portanto, que num município onde se vem buscando a industrialização, o mesmo coloque à disposição da comunidade trabalhadora uma rede de serviços básicos, como é considerada a creche.

O município conta hoje com 15 creches distribuídas com 8 na sede e 7 nos distritos. Junto a estas desenvolve um trabalho de assessoria técnica e financeira, ou seja, subvenciona-as financeiramente e ao mesmo tempo tenta assegurar a qualidade do trabalho junto a seus funcionários e diretoria. No entanto, apesar desta, existem áreas descobertas ainda por esse tipo de serviço e nas quais a comunidade organizada reivindica. Portanto, Umuarama necessita hoje, de mais creches para atender a demanda atual.

Os objetivos, dentre outros são:

1 - ampliar o quadro de creches existentes no município, gerando mais vagas

para o atendimento do menor;

2 - dotar áreas desprovidas e, cuja necessidade é emergente, com o serviço de creche;

3 - qualificar o atendimento ao menor, nestas instituições;

4 - possibilitar à mãe, o trabalho remunerado e conseqüente aumento na renda familiar;

5 - atender as reivindicações da comunidade.

#### REQUERIMENTO N° 1940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados expedientes oficiais a Senhoras Margarida Maria Maia Procópio, Ministra da Ação Social, Senhor Dr. Alceni Guerra, Ministro da Saúde, Senhor Prof. Carlos Alberto Chiarelli, Ministro da Educação, solicitando e recomendando a implantação de um Centro Integrado de Apoio à Criança - CIAC, no município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Com a divulgação do plano do Governo Federal na área da Assistência à Criança, o município de Formosa do Oeste não pode ficar sem ser contemplado com o já ansiosamente esperado CIAC.

Esse projeto de educação e assistência de uma maneira integrada com a preocupação com a saúde e permanência do estudante na escola, sem dúvida, será um grande avanço na solução de um dos maiores problemas do município, que é o da Educação. A ação de entidades diferentes que tratam das questões na área da saúde, da alimentação, da educação formal e da socialização do jovem em idade escolar, faz com que os recursos sejam esparsos e poucos, pois a sua pulverização dificulta a sua efetiva aplicação.

#### REQUERIMENTO N° 1941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Secretaria de Estado do Esportes, solicitando estudos e viabilização para a construção de uma quadra poliesportiva no município de Pérola.

Do aprovado, requer ainda, envio de comunicação ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor Aldo Nunes dos Reis e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação atende a uma antiga aspiração da comunidade usuária daquele município, formada predominantemente por pessoas carentes que não possuem, nas redondezas, local apropriado para a prática de esportes. A construção da cancha polivalente viria não apenas fomentar essa atividade física e de recreação para os jovens, como propiciar lugar adequado para a utilização pelos estudantes, principalmente. Temos a certeza de que a Secretaria ao efetuar verificará de imediato a necessidade e o oportunismo da obra, diante do insignificante montante de recursos financeiros dispendido, comparado com o benefício para a população.

#### REQUERIMENTO N° 1942

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, Digníssimo Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, no sentido de que seja viabilizado a instalação de um posto de atendimento no distrito de Herculândia, em Umuarama.

Do aprovado, requer, ainda, comunicação ao Prefeito Municipal e ao Vereador Dário Benedito Anselmo de Souza.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O distrito em tela, atualmente pertencente à Umuarama, mas que em breve pertencerá ao novo município de Ivaté, não dispõe de tal facilidade no atendimento da COPEL, pois os usuários tem que se locomover até Ivaté para efetuar seus pagamentos de luz, provocando muitas vezes, dada a dificuldade, evasão de divisas para o vizinho município de Icaraíma.

A abertura de um posto de atendimento em muito iria beneficiar àqueles municípios e também a própria empresa.

#### REQUERIMENTO N° 1943

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Superintendência da Legião Brasileira de Assistência - Regional Paraná, dirigido pelo Dr. Osni Ribas Alves, no sentido de que seja determinado a alocação de recursos financeiros, através de convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se construir uma creche no distrito de Serra dos Dourados, em Umuarama.

Do aprovado, requer, ainda, a comunicação ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 14.08.91.



(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

O município, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente em toda a sua extensão territorial.

A ação do governo municipal tem sido intensa para debelar os focos da miséria e da marginalidade, itens recentes no vocabulário dos moradores antigos da cidade, mas que, infelizmente, cada dia se instala e aumenta suas dimensões assustadoramente.

Um dos programas encetado pela Prefeitura é a do atendimento à criança, através de escolas e creches. Nessa proposta de se oferecer um número cada vez maior de creches, atende a melhoria da qualidade de vida do menor e a oportunidade de melhorar os rendimentos familiar, com a possibilidade do trabalho fora para a mulher, componente importante nessa relação.

O pedido é deveras importante e requer atendimento urgente, por parte do poder público.

## REQUERIMENTO N° 1944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados expedientes oficiais a Senhora Margarida Maria Maia Procópio, Ministra da Ação Social, Senhor Dr. Alceni Guerra, Ministro da Saúde, Senhor Prof. Carlos Alberto Chiarelli, Ministro da Educação, solicitando e recomendando a implantação de um Centro Integrado de Apoio à Criança - CIAC, no município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

Com a divulgação do plano do Governo Federal na área da Assistência à Criança, o município de Icaraíma não pode ficar sem ser contemplado com o já ansiosamente esperado CIAC.

Esse projeto de educação e assistência à criança de uma maneira integrada com a preocupação com a saúde e permanência do estudante na escola, sem dúvida, será um grande avanço na solução de um dos maiores problemas do município, que é o da Educação. A ação de entidades diferentes que tratam das questões na área da saúde, da alimentação, da educação formal e da socialização do jovem em idade escolar, faz com que os recursos sejam esparsos e poucos, pois a sua pulverização dificultam a sua efetiva aplicação.

## REQUERIMENTO N° 1945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando a criação de frentes de trabalho que beneficiem as famílias mais carentes, especialmente dos trabalhadores rurais volantes, no Estado do Paraná.

Seja dado conhecimento, mediante remessa de cópia deste requerimento, ao Excelentíssimo Secretário Especial da Política Habitacional e ao Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) ALBINO CORRAZA

## JUSTIFICATIVA:

Medidas adotadas recentemente pelo Poder Executivo testemunham a sensibilidade do Governo estadual ao problema social vivido por milhares de famílias paranaenses, como a anistia dos débitos de ligações de água e esgotos, o incentivo à política habitacional em sistema de mutirões e outras.

Tal procedimento deve ser mantido diante notória situação de miserabilidade enfrentada pelas famílias de trabalhadores rurais volantes, desempregados, desfavorecidos com a situação da agricultura e desprovidos de quaisquer condições de trabalho e obtenção de renda para suprir suas necessidades básicas, inclusive compromissos junto ao Estado.

Exemplo claro desta afirmativa, é a condição vivida por um número significativo de mutirantes beneficiados com a moradia e que não dispõem de recursos para manter seus débitos junto à COHAPAR. Casos há, como em Toledo, por exemplo, no Mutirão Bela Vista, em que não existe ainda meio-fio e arborização no bairro, cuja execução poderia ser atribuída aos trabalhadores como forma de lhes proporcionar uma oportunidade de rendimento bem como a compensação de seus débitos de prestações da casa própria junto à Companhia.

Famílias reconhecidamente carentes, preferencialmente aquelas cujos cadastros da realidade econômica e social estão disponíveis e são do conhecimento dos órgãos estaduais, poderiam ter sua situação amenizada com iniciativa de tão significativo alcance social, por isso, esperamos parecer favorável a este requerimento.

## REQUERIMENTO N° 1948

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, expediente solicitando a exe-

cução de obras de recapeamento da Estrada que liga São Jorge do Patrocínio à Altônia.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) NILTON BARBOSA

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se a pretensão apresentada, diante do fato de ser uma via pública e de importância significativa para a região, haja vista o considerável fluxo de veículos que por ela trafega diariamente, pois é grandemente utilizada para transporte da produção regional.

Por ser de importância vital o solicitado à população em geral, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**REQUERIMENTO N° 1949**

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas, pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Diretor da Polícia Civil, expediente solicitando 01 (uma) viatura para prestar serviços junto à Delegacia de Polícia do município de São Jorge do Patrocínio, para garantir maior segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) NILTON BARBOSA

**REQUERIMENTO N° 1950**

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, expediente solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de São Jorge do Patrocínio à PR 487, passando pela Vila Oriental numa extensão de 15 km.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) NILTON BARBOSA

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se a pretensão apresentada, tendo em vista que a economia do Município é calcada na agricultura, portanto é necessário investimentos públicos no interior, visando propiciar aos produtores maior condições de transportes, para que o homem continue produzindo e vivendo no campo.

Por ser de ímpar importância o solicitado à comunidade em geral da região, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**REQUERIMENTO N° 1917**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja feito em caráter de urgência, a iluminação pública no trecho urbano da BR- 116, que corta a cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) HEINZ HERWIG

**JUSTIFICATIVA:**

Em vista dos contínuos acidentes no trecho urbano da BR-116, que corta a Capital do Estado, e não existindo até o momento perspectivas para conclusão dos contornos de nossa Capital, que minimizaria este grande problema.

Solicitamos que seja enviado expediente ao Governador do Estado e do Prefeito Municipal de Curitiba, para que ambos, através de seus órgãos competentes, executem por convênio, esta fundamental obra de iluminação pública da BR- 116, no trecho acima referido.

A execução desta melhoria com certeza evitará muitos acidentes, que quase diariamente, ceifam vidas de paranaenses que necessitam trafegar por esta rodovia, que nada mais é que a avenida de maior e mais pesado tráfego de Curitiba.

Que do presente se dê ciência ao Governador do Estado do Paraná, ao Prefeito Municipal de Curitiba, a Câmara Municipal de Curitiba, aos órgãos de imprensa da Capital do Estado.

**REQUERIMENTO N° 1925**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência endereçada ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a remessa de medicamentos para a Municipalidade de Prudentópolis.

A sensível diminuição do seu estoque e mesmo a falta de diversos medicamentos vitais, tem provocado sérios transtornos ao atendimento por parte dos postos de saúde. Em muitos casos, as pessoas carentes submetidas a consultas, não podem realizar tratamento médico, uma vez não dispondo de medicamento.

Neste sentido, urge a adoção de providências urgentes, a fim de que se restabeleça o pleno funcionamento do setor de saúde pública.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 1928**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-



nário, seja encaminhada correspondência dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com o intuito da remessa de medicamentos para a Municipalidade de Imbituva.

O atendimento por parte dos postos de saúde em muitos casos não vem sendo possível.

A razão é falta de uma série de medicamentos, o que tem ocasionado transtornos incontornáveis junto as pessoas que, carentes, não dispõem de condições financeiras para arcarem com despesas de farmácia.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 044/91

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O Artigo 1° da Resolução n° 074/90, de 24 de outubro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado de Grandes Rios.

"Começa no Rio Ivaí na balsa denominada Porto Espanhol, deste ponto por uma linha seca rumo nordeste em direção a barra do Ribeirão Escrita no Rio do Peixe, até encontrar o Espigão Mestre "Rio Branco-rio Alonzo, segue por este Espigão no sentido sudeste até encontrar a divisa dos lotes 13 e 14 da gleba Ribeirão Bonito, segue por esta divisa no sentido sudoeste, até a nascente da Água do Gomes, por este abaixo, até sua foz no córrego Piracanjuba e deste abaixo até o Ribeirão Catanduvas, pelo qual desce até o Rio Branco onde segue por este acima até a foz do córrego Gamelão, onde segue por este acima até o ponto em que é cortado pela linha seca que partindo da nascente do Rio Botocudo alcança a nascente do Rio do Tigre, segue por esta linha no sentido noroeste até sua nascente, daí por uma linha seca alcança a nascente do Rio do Tigre, pelo qual desce até sua foz no Rio Ivaí e por este abaixo até a balsa denominada Porto Espanhol, ponto de partida".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(aa) ORLANDO PESSUTI

EDSON SILVA LINO

#### JUSTIFICATIVA:

Através do presente projeto de resolução, busca-se a adequação da área na qual deverá ocorrer a consulta plebiscitária,

uma vez que, conforme o ofício ESET/PR/557 de 16 de julho de 1991, do IBGE, (cópia em anexo), torna-se necessária a compatibilização da descrição constante na Resolução n° 074/90, deste Poder Legislativo, com a contida no ofício do IBGE, supra referido, bem como com a base cartográfica do Estado do Paraná.

Saliente-se que, se tal correção não for efetivada, o plebiscito já autorizado ficará prejudicado, visto que na resolução existente estão incluídas áreas de dois municípios estranhos à área que se pretende desmembrar e que dará origem ao município de Rio Branco do Ivaí.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 341/91

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo de Escoteiros "Jóia do Oeste", de Nova Santa Rosa- Pr, integrante da união dos Escoteiros do Brasil, Região do Paraná, 11° Distrito.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) ALBINO CORAZZA

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita obedecendo-se a Lei n° 6994, tendo em vista que o Grupo de Escoteiros "Jóia do Oeste", de Nova Santa Rosa- Pr, cumpre as exigências estabelecidas no artigo 1° desta Lei.

Tendo sido fundado em 07 de maio de 1989, sob o Registro n° 016/89, da União dos Escoteiros do Brasil- DF 68°Pr, este grupo de escoteiros tem suas atividades regidas pelos Estatutos da própria União e voltadas desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários.

Por promover atividades culturais, educacionais, artísticas e filantrópicas, a União dos Escoteiros do Brasil é reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal n° 5.497, e o Grupo de Escoteiros "Jóia do Oeste", reconhecido de Utilidade Pública pela Lei Municipal n° 320/90, estando inscrito no Ministério da Fazenda sob o n° 33788431/0015-19, tendo sua diretoria devidamente constituída segundo os preceitos estatutários, cujos membros não recebem qualquer remuneração.

PROJETO DE LEI N° 342/91

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo

autorizado a doar definitivamente às Prefeituras Municipais todas as Máquinas e Caminhões entregues até esta data, em Regime de Comodato.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: João Arruda, Cleiton Kielse, Lourenço Fregonese, Plauto Miró Guimarães, Domingos Carvalho, Geraldo Cartário, Nilton Barbosa, Edson Silva Lino, Rossoni, Toti Colaço, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Heinz Herwig, Ademar Traiano, Carlos Simões.

#### JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento geral que a dificuldade pelos quais passam quase todos os Municípios paranaenses, que vão desde problemas de ordem material e financeira até dificuldades que refletem a situação atual, ficando muitas vezes aquém do desejável.

Não bastasse a enorme problemática que enfrentam os Municípios com os encargos que lhes foram atribuídos, a maioria encontra-se sem condições para atendimento adequado, na conservação de estradas condizentes para o escoamento da produção.

O presente projeto de lei visa justamente fazer com que o Estado pelo menos auxilie a municipalidade, doando definitivamente as máquinas e caminhões que foram cedidos até esta data em regime de Comodato.

Esse material, na maioria, foi considerado inservível para o Estado, alguns já sucateados, foram recuperados com enormes sacrifícios pelas Prefeituras.

A maioria das médias e pequenas Prefeituras se devolverem as máquinas e caminhões recebidos em Comodato, ficarão em grandes dificuldades para atender principalmente o setor rodoviário.

Em razão disso, é imperiosa a aprovação desta Proposição, que visa estabelecer ação conjunta, onde o Estado, pela sua estrutura pode oferecer uma grande contribuição aos Municípios na formulação de políticos e atos interligados para o seu crescimento.

PROJETO DE LEI Nº 343/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Fundação Iniciativa, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A fundação Iniciativa é uma entidade filantrópica mantida pela iniciativa privada, voltada ao trabalho específico de recuperação e reintegração dos meninos de rua à sociedade, viabilizando moradia, alimentação, saúde e educação para essas crianças.

A criança e o adolescente são tão especiais ao futuro de nossa nação, que tanto a Constituição Federal como a Estadual reservaram-lhe capítulo especial.

Onde textualmente encontramos que o Estado incentivará as entidades particulares sem fins lucrativos, atuantes na política do bem-estar da criança e do adolescente, devidamente registradas nos órgãos competente, subvencionando-as com auxílio financeiro e amparo técnico.

Contudo, para viabilizar este auxílio é necessário concretamente que tais entidades sejam declaradas de Utilidade Pública a fim de serem subvencionadas, mesmo que parcialmente.

Através da propositura de nosso Projeto pretendemos concretizar este auxílio, evitando assim que a intenção constitucional não seja utópica.

Neste sentido, esperamos poder contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 344/91

A Assembléia Legislativa  
ao Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 9283, de 05 de junho de 1990, que criou "ad referendum" o município de Farol, desmembrado do Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Fica criado o município de Farol, com território desmembrado do município de Campo Mourão, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Tem como ponto inicial a Foz do Rio Riozinho, no rio Goioerê; sobe pelo rio Goioerê até a Foz do Rio Farol; sobe por este até a divisa dos lotes 38 com os lotes 39 e 39 A; por esta divisa até a cabeceira do Rio Granada, seguindo por este pelas divisas dos lotes 29, 50 e 26 com o lote 51, até encontrar a nascente do Arroio Izidoro; desce por este até sua foz do Arroio Paraguaio; desce por este até sua foz no Rio Riozinho, desce pelo Rio Riozinho até sua foz no rio Goioerê, ponto inicial".

#### PERÍMETRO URBANO

"Começa no entroncamento da Rua Rio Grande do Sul com a Rua Ceará, segue pela Rua Ceará até a Rua Pernambuco, segue por

esta até a Rua Paraíba, por esta até a Rua Goiás, por esta até a rua Sergipe, por esta até a Rua Rio Grande do Sul, por esta até o entroncamento com a Rua Ceará, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salas Sessões, em 14.08.91.

(a) TOTI COLAÇO.

#### JUSTIFICATIVA:

O escopo deste projeto de lei prende-se ao acordo n° 16.375, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, tendo em vista o Processo n° 10.527 - Classe 5ª, no qual os juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ACORDAM em, preliminarmente, declarar a inconstitucionalidade da Lei Estadual n° 9.283, de 05 de junho de 1990, para, no mérito, autorizar a realização de plebiscito visando a criação do Município de Farol a ser desmembrado do município de Campo Mourão, fixando a data de 23.06.91, para serem consultados os eleitores inscritos nas secções correspondentes a área cuja emancipação é pretendida.

Tendo em vista o resultado plebiscitário sido favorável a criação do município de Farol, apresentamos o presente projeto de lei, o qual acreditamos, receberá o apoio unânime e posterior aprovação dos nobres pares com assento neste Parlamento.

#### PROJETO DE LEI N° 345/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o município de Paraná do Oeste, com território desmembrado do município de Moreira Sales, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas, obedecendo as exigências do Art. 19 da Constituição Estadual e de acordo com o Art. 237 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

"Começa no Rio Goioerê, no ponto de encontro da linha de divisa entre as Glebas 11 e 12 da Colônia Goioerê, subindo o referido Rio Goioerê até a foz do Arroio Água Grande, pelo qual sobe até encontrar a linha de divisa intermunicipal Moreira Sales - Goioerê, deste ponto segue pela referida divisa rumo Noroeste contornando a área da cidade de Paraná do Oeste até o seu cruzamento com a linha de divisa das Glebas 11 e 12, de onde segue pela referida divisa rumo norte até o Rio Goioerê, ponto de partida".

#### MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE PARANÁ DO OESTE - PERÍMETRO URBANO.

"Inicia no entroncamento das ruas 1º de Maio e Piquiri. Segue pela rua Piquiri até a rua 19 de Dezembro, segue por esta até a rua America, por esta até a rua 1º

de Maio, por esta até o entroncamento com a Rua Piquiri, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Ao Projeto de lei que cria o município de Paraná do Oeste, com território desmembrado do Município de Moreira Sales e Divisas que especifica.

O Município que se pretende criar reúne condições quanto aos aspectos de natureza social, política, econômica e urbana, capazes de lhe assegurar vida autônoma.

Tais perspectivas, advêm de fatores que vêm contribuindo para que constitua-se numa promissora potência municipal, dada a sua pujança econômica, calcada, por excelência, na agricultura.

Outrossim, a criação do município de Paraná do Oeste, é um fato que alicerça-se no próprio reclamo de sua comunidade, além de consagrar uma das formas de aperfeiçoar o desenvolvimento geral do Estado, pela possibilidade de melhor otimização administrativa das áreas que o constituem.

Preenchendo as condições legais e dispondo de recursos, próprios para dar suporte às suas atividades administrativas, e de justiça e de direito que a localidade de Paraná do Oeste, seja elevada à categoria de Município, desmembrando-se do município de Moreira Sales, ato que virá configurar-se da maior importância, particularmente por expressar a vontade do povo, de lideranças locais e regionais.

Isto posto, encarecemos a atenção e consequente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, do projeto ora apresentado.

#### PROJETO DE LEI N° 346/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA PRAINHA DA ILHA DO MEL, com sede no município de Paranaguá, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.91

(a) RENATO ADUR.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela, fundada em 19 de outubro de 1984, é que tem se dedicado a cuidar dos interesses comunitários do contingente populacional da Ilha do Mel, cumprindo destacada função social o que a habilita a conquista a declaração de Utilidade Pública que propomos.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando à Mesa para apreciação dos Srs. Deputados requerimento à Companhia Telefônica, TELEPAR, pedindo providências no sentido em que após estudos de viabilidade seja instalado telefones em todas as escolas estaduais do Estado do Paraná. Esta nossa posição é tomada por base porque tantas e tantas escolas não têm este benefício importante de comunicação; e esta nossa solicitação tem a muito a ver com um projeto de lei que recentemente encaminhamos a esta Casa para estudos e posteriormente apreciação também dos Srs. Deputados. Vejam que as escolas do nosso Estado e também da Nação brasileira não está tendo uma segurança suficiente no que diz respeito a tráfico de drogas, invasões; e com esta medida, possivelmente daríamos as condições necessárias para que houvesse a comunicação no momento exato. Por isto, gostaríamos de obter o apoio dos Srs. Deputados para o requerimento que estamos encaminhando, pedindo à TELEPAR que faça estudos de viabilidade no sentido de que cada escola do nosso Estado pudesse ter este benefício através de orelhões. É uma medida, a nosso ver muito importante, porque damos exemplos como Rolândia, algumas das escolas, não todas, ainda não possuem este benefício; e seria muito bom que a Companhia de Telecomunicação do Paraná, a TELEPAR, houvesse por bem, após os devidos estudos, proceder a instalação deste benefício às escolas.

O nosso requerimento tem o seguinte teor. (O requerimento em questão levou o n° 1931 e já foi lido no Expediente).

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu tenho em mãos um exemplar do jornal que tem por título "O Arauto", editado no município de Dionísio Cerqueira em Barracão, onde foi sede o Governo do Estado do Paraná há alguns dias e na sua segunda página, na coluna: CANAL LIVRE sob o título de BAIXARIA, o jornalista editor, Dionísio Vanderlei Cogo transcreve a seguinte escrita encerrando com os seguintes dizeres:

"Só nos propomos a escrever sobre tão desagradável acontecimento por termos a certeza de que esta não é a educação do

povo do Paraná".

Pelo mesmo motivo eu farei a leitura deste artigo nesta tribuna nesta tarde:

#### BAIXARIA

"A valentia sem um ideal que a enobreça, degrada-se a ferocidade".

Esta frase pode ser usada para definir o que aconteceu na noite do dia 19 de julho no Hotel Província em Barracão.

Para situar o leitor no contexto da história, vamos pelo começo: Na sala de reuniões do Hotel mais de 30 pessoas faziam o curso de "Autodomínio Mental", ministrado pelo professor Darcy Cabral. Na sala de Sinuca ao lado, jogavam o Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Sr. Osmar Dias e mais algumas pessoas. Em outro espaço, em frente a essas duas salas, vários hóspedes assistiam televisão, inclusive o Dr. Nilton Costa, Delegado de Polícia de Barracão.

Em determinado momento, devido ao excesso de barulho na sala de jogos, um dos participantes do curso dirigiu-se até lá e pediu, educadamente, que se fosse possível, fizessem menos barulho. Como nada mudou, mais tarde outro participante voltou a tomar a mesma atitude, com toda a delicadeza.

Após o segundo pedido, o barulho não só continuou como também aumentou.

Os jogadores em visível estado de embriaguez, batiam com os tacos na parede, jogavam as bolas de sinuca no chão e gritavam muito provocando os que tinham desapontado "os donos do mundo".

Vendo o seu curso ser atrapalhado, o professor Darcy, também educadamente, pediu, já que os distintos senhores eram políticos representantes de um estado, deviam dar exemplo de educação. Como resposta foi retrucado deseducadamente pelo próprio Osmar Dias, (cidadão pelo qual, não só eu mas também outros participantes do curso tinham a maior admiração e respeito, até então).

Na sequência, por repetidas vezes, um indivíduo identificado somente como assessor do Secretário, abriu a porta da sala de reuniões, gritando: mas que bagunça, e em seguida batendo estupidamente a porta. Não foi só o desequilibrado, assessor que bateu a porta. Por volta de 23:00 horas, prestes a terminar o curso, o próprio Osmar Dias, desceu do segundo andar, onde ficava o seu apartamento, e de revólver na cintura chutou a porta da sala de reuniões e entrou na de jogos, não sem antes dizer palavrões à secretária do professor que estava na mesa ao lado de fora da porta.

Diz a canção: "faz parte da história do mundo se beber prá depois fazer fiasco", mas será que é justo aprontar com pessoas tão pacíficas? Ouviu-se nos corredores do Hotel, da parte dos mesmos cida-

daos". Aqui em Barracão só tem índio". Até pode ser verdade, mas com certeza, são todos pacíficos, e até demais, pois do contrário teriam partido para a ignorância. Na verdade este não é um fato inédito pois a algum tempo o Senhor Osmar Dias tirou um advogado a socos de dentro do seu gabinete, demonstrando sua "valentia".

Não queremos que este ato isolado seja avaliado com conotação política, pois, estavam envolvidos apenas alguns integrantes da comitiva. Tanto é que a própria senhora Maristela Requião, esposa do Governador ficou desapontada com o incidente, que pôde presenciar.

Também o vice governador, Mário Pereira, tomou conhecimento do fato e tentou contornar a situação.

Não somos juizes para julgar tal tipo de atitude, pois esta tarefa é dada a opinião pública. O fato de ser eu, Dionísio a pessoa a transcrever este fato se deve ao meu próprio trabalho; redator do Jornal, mas qualquer outra pessoa que estava presente poderia fazê-lo. Portanto, antes de tentarem questionar comigo a razão de tal matéria, perguntem ao senhor Valdemar Day e esposa, a senhora Izabel Matiello, ao senhor Tarcísio Sartori, a senhorita Vera Lúcia Fillus por exemplo, ou a outras dezenas de pessoas da nossa sociedade que faziam o Curso, ou ainda ao Dr. Nilton Costa, que sentado bem próximo, assistiu a tudo.

Se ainda pairar dúvidas podem procurar maiores esclarecimentos com o Dr. Santos Netto, delegado da Polícia Federal que foi chamado para pôr um ponto final no episódio.

(Termina de ler).

Li esta matéria Sr. Presidente para que se conste nos Anais desta Casa, faço isso, como disse o Jornalista, porque não é esta a educação do povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwing) - Terceiro Orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, lamentavelmente o Partido dos Trabalhadores não dispõe dos recursos que tem por exemplo a UDR no Paraná, a Sociedade Rural e outros representantes do grande latifúndio que fizeram publicar hoje nos jornais do dia manifesto em apoio a ação policial que desalojou os ocupantes da Fazenda Guairacá.

Nós temos aqui hoje uma nota de esclarecimento da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem-Terra no Paraná e também uma nota oficial do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores sobre os fatos ocorridos no Distrito de Tamara-

na, que nós queremos ler e registrar nos Anais desta Casa.

Eu apenas peço permissão aos Senhores Deputados, poderíamos apresentar um requerimento que simplesmente fosse transcrito nos Anais da Casa essas duas notas oficiais, porém, como as atitudes da Bancada governista ultimamente tem sido até de impedir, que a Bancada do Partido dos Trabalhadores tenha informações sobre o Governo nós temos que o nosso requerimento de transcrição nos Anais da Casa não seja aprovado pelo rolo compressor do Governo. Mais do que isso, nós queríamos aproveitar também o máximo possível o tempo que resta ainda à Bancada dos Trabalhadores para usar esta tribuna e registrar a sua posição. Eu digo pouco tempo que nos resta porque agora parece que alguns estão cansados de ouvir o PT e sequer permitir que nós continuemos a, pelo menos, registrar as nossas posições, mas eu fico tranquilo porque com o tempo o povo se cansará daqueles que hoje se cansam daqueles que defendem esse povo.

Senhor Presidente e Srs. Deputados, a nota de esclarecimento da CPP e de um movimento dos trabalhadores sem terra no Paraná é algo que nos emociona, é algo que nos faz refletir sobre a situação e os problemas sociais que enfrentam o nosso povo. Diz a nota:

SEM TERRA - FAZENDA GUAIRACÁ/LDA-PR

Face à forma violenta com que o governo do Estado do Paraná, através da Polícia Militar, promoveu o despejo das 250 famílias de trabalhadores rurais sem terra, que ocupavam a Fazenda Guairacá em Londrina, é necessário que o povo do Paraná faça uma reflexão e venha a conhecer a verdade sobre esse lamentável acontecimento.

01 - Inicialmente, é preciso mencionar a desigualdade existente entre os protagonistas desse evento. De um lado, crianças, mulheres, homens - bóias-frias com suas ferramentas de trabalho; de outro, a Polícia Militar do Estado do Paraná, com cerca de 600 policiais civis e militares, 30 jagunços fortemente armados, acompanhados de cães, os quais cercaram e atacaram, de madrugada, o acampamento.

02 - Após a breve reação e espanto, os ocupantes entregaram-se à polícia. Foram então, torturados, obrigados à prática de atos humilhantes e a permanecer deitados sobre a lama, assistindo à destruição das barracas, onde encontravam-se seus filhos pequenos e seus poucos bens.

03 - Registre-se que a ação policial não se esgotou no ato de desalojar os ocupantes (e era só isso que determinava o mandado judicial), mas transformou-se a seguir de violenta em ilegal.

04 - A polícia implementou tortura

psicológica, uso de menores para forçar depoimento, demonstrando também um grande racismo. Os ocupantes (homens e mulheres) foram torturados de forma cruel, inclusive menores, entre estes, A.M.S., 16 anos. Tipos de tortura: afogamento, chute, socos, pontapés, obrigando os homens a ficarem nus na frente de menores, filhos e mulheres. Os sem-terra foram transportados em caminhões, deitados e pisoteados por policiais sendo mantidos presos, ilegalmente por mais de 24 horas no 5º BPM e no 4º Distrito Policial de Londrina, em flagrante ofensa à lei, à Constituição e ao Estatuto do Menor.

05 - Esta descrição dos fatos leva-nos a questionar se as armas apresentadas pela polícia à imprensa como sendo dos trabalhadores, não revelam a tentativa de equiparar forças tão desiguais. Pergunta-se, ainda, de onde teriam vindo os tiros que feriram policiais, sendo que os trabalhadores estavam apenas com ferramentas de trabalho.

06 - Este foi o despejo mais rápido e violento da História recente do Paraná que foi baseado em laudo realizado em apenas um (1) dia, numa área de mais de 5 mil hectares e foi elaborado pelo ITCF, órgão estadual de terras, que não tem competência legal para tanto. Esta competência é do INCRA, órgão federal responsável que não realizou qualquer intervenção no caso.

07 - cabe questionar aqui não só a ação, mas a motivação do Governador do Estado para determinar o envio de força policial a essa área, uma vez que o decreto, assinado na semana anterior, o tornou responsável pelo cumprimento de qualquer ordem de despejo com o uso de força policial.

08 - O Governador Roberto Requião é portanto responsável não só pelos atos lícitos, mas também pelos ilícitos praticados durante a ação policial.

09 - Assim, não se pode questionar apenas a ação dos trabalhadores, mas muito mais a confiabilidade e a moralidade das ações do Governo Estadual.

10 - Esse governo, que diz cumprir a lei, não levou em consideração sequer a existência de mandado de segurança impetrado pelos ocupantes, requerendo a cassação da liminar concedida pelo juízo de Londrina em face dos proprietários. Esse mandado de segurança encontra-se ainda pendente sem qualquer decisão no momento do despejo.

Também não levou em consideração a audiência com os sem terra/bóias-frias marcada pelo arcebispo D. Geraldo Magella Angelo para o dia 09/08/91, em Campo Mourão. Antecedendo-se o Governador mandou despejar os sem terra.

11 - Diante disso, na Fazenda Guaira-

cá, foi abortado o Programa Paz na Terra, que representava uma tênue esperança de diálogo entre o Governo e os trabalhadores.

12 - Fora deste aparente cenário estadual existem dois protagonistas principais ainda não mencionados:

a) os grandes proprietários rurais, que exercem pressões sobre os governos, praticam atos de violência econômica, social e física contra os trabalhadores. Para estes grandes proprietários: isenções fiscais, o direito de defesa da propriedade, os benefícios do crédito dos bancos estatais, enfim, a impunidade e o poder. Para os trabalhadores: os rigores da lei.

b) o Governo Federal, que em mais um ano e meio de mandato nada fez para resolver os problemas do campo, que dirá promover a necessária Reforma Agrária.

13 - Aqui no Paraná e lá no Planalto Central a Reforma Agrária e a paz restringem-se aos gastos com propaganda, paga com os poucos recursos públicos.

14 - Disso tudo é fácil concluir que a resistência daqueles que lutam pelo pão, pela terra e pela vida é legítima. A violência policial do Estado, usada contra eles, é demonstração cabal de que a experiência recente da ditadura não trouxe nenhuma lição, nem mesmo para aqueles que afirmaram e afirmam tê-la combatido.

15 - São essas razões que levam as organizações que apoiam as lutas dos trabalhadores a se pronunciarem publicamente sem mentiras ou falácias e a proverem ações judiciais para responsabilizar o Governador do Estado, pela violência praticada em Londrina, e o advogado do proprietário, pelas declarações e inverdades contra os trabalhadores e suas organizações.

Reafirmamos nossa convicção na luta dos trabalhadores pela Reforma Agrária, sem a qual não haverá democracia nem justiça social.

Curitiba/PR, 12 de Agosto de 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-PR

MOVIMENTO DOS SEM-TERRA - PR

(Termina de Ler)

Diante disso me permito também, para assegurar o registro nos Anais desta Casa, a transcrição da posição oficial do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. (Lê):

PARTIDO DOS TRABALHADORES

FAZENDA GUAIRACÁ, NO DISTRITO DE TAMARANA  
LONDRINA - PR.

O Diretório Nacional do PT, reunido em São Paulo, de 9 a 11 de agosto de 1991, denuncia publicamente a ocorrência de mais um ato de violência oficial contra um setor oprimido da população brasileira. No



Paraná, na madrugada do dia 09 de agosto de 1991, a PM do Governador Roberto Requião despejou, em conjunto com a Polícia Federal, e com inusitada violência, cerca de 300 famílias de agricultores sem-terra, acampados há uma semana na Fazenda Guairacá, no distrito de Tamarana, município de Londrina-PR. Há pelo menos 10 feridos hospitalizados, além de um número não determinado de feridos que não necessitaram de hospitalização. Toda a Comissão Organizadora do acampamento encontra-se presa incommunicável na Delegacia local. Uma integrante da Coordenação Estadual do Movimento dos Agricultores Sem Terra, de nome Salete, foi presa pela Polícia Federal e levada para local ignorado, não tendo ainda sido localizada até o fim da tarde do dia 09 de agosto.

O Diretório Nacional do PT, ao mesmo tempo que repudia este ato de vandalismo e prepotência do Governo Estadual do Paraná, denuncia à opinião pública brasileira a existência de uma verdadeira campanha (oculta) de repressão e aniquilamento do Movimento dos Agricultores Sem Terra e da luta pela reforma agrária. Episódios de violência sucedem-se, a partir de episódios da Praça da Matriz, em Porto Alegre, em 08 de agosto de 1990, que resultou na prisão de 8 agricultores sem terra, dos quais 4, até hoje, são mantidos como prisioneiros ilegalmente. Em junho passado, a Polícia Federal prendeu, e mantém presos, em Marabá-PA, sob pretextos fantasiosos, 11 membros da Coordenação Estadual do Pará do Movimento dos Agricultores Sem Terra. Há duas semanas, em Mato Grosso do Sul, a PM invadiu o acampamento Taquaralzinho, prendendo 11 agricultores e torturando barbaramente alguns deles. Na mesma ocasião, 10 agricultores, integrantes do mesmo Movimento, foram arrancados de um ônibus, em Iguatemi-MS, presos e, um deles, espancado.

O Partido dos Trabalhadores, reafirmando seu compromisso com os interesses dos trabalhadores do campo, e com a luta pela reforma agrária, exige um basta à repressão Policial Militar e ao envolvimento da Polícia Federal em conflitos de terra ocorridos nos últimos meses, reproduzindo a antiga prática de órgãos repressivos do regime militar, bem como, exige a rigorosa apuração dos fatos e a punição dos responsáveis.

(Termina de ler).

Estas são as notas oficiais, em especial, aquela do Partido dos Trabalhadores, uma decisão a nível nacional do seu Diretório que repudia este ato de violência que foi praticado contra os trabalhadores neste Estado. Nós pensamos que a época de Washington Luís, da república dos coronéis havia passado na época em que os problemas

sociais eram tratados como caso de polícia. Pensamos que era uma página esquecida que havia sido jogada no lixo da história as atitudes de perseguição, identificação policialesca de integrantes de organizações populares. É lamentável que este tipo de violência estejam sendo promovidas por um Governo que diz ter saído das lonas pretas, ter saído das palhoças queimadas, daquilo que chamava das trilhas traiçoeiras que passavam os agricultores e os trabalhadores deste Estado. É duro perceber que enquanto os jornais publicam a organização de milícias particulares por representantes do latifúndio neste Estado como ocorreu recente e publicamente numa cidade do oeste do Paraná esse Governo não toma nenhuma providência para desarmar os jagunços que estão se organizando para impedir a luta dos trabalhadores neste Estado. Nós do PT lamentamos profundamente este ato de traição que o Governo de Roberto Requião impetra contra o seu povo. E digo traição sim, porque todos nós sabemos que muitos dos votos que elegeram Requião saíram do coração e da esperança desses agricultores sem terra que ele dizia defender.

O Sr. Paulo Maia - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Nobre Parlamentar, eu gostaria apenas de uma vez frisar que me somo às preocupações que Vossa Excelência traz a conhecimento deste Plenário e do Paraná com relação à violência havida na retirada dos ditos invasores desta fazenda. Eu creio que a imprensa do Paraná ... e nós frisávamos isto aqui na segunda-feira desta semana e desta tribuna: a violência, nós não vamos entrar no mérito da invasão, mas no mérito da violência, desrespeitou-se o ser humano, desrespeitou-se a criança, desrespeitou-se a mulher quando aqui se diz defender a mulher, quando aqui se diz defender a vida, mas não se respeita com ato de violência tamanha.

Nós denunciávamos também naquela oportunidade que se o ato do Governo era tão transparente, tão honesto e se baseava naquilo que dizia o Judiciário, porque este mesmo Governo não determinou também para demonstrar a transparência desse ato de violência do Governo do Paraná, não permitiu que a imprensa tivesse acesso. Eu vejo hoje Vossa Excelência fazer a leitura de um documento oficial da Comissão Pastoral da Terra. Esse documento não tem resposta, como temos certeza de que não terá resposta porque a violência foi posta. E nós dizíamos nesta tribuna que daqui a pouco vão querer provar de que eram os trabalhadores que estavam com a metralhadora, de que eram os trabalhadores que estavam com os

escudos, com os cassetes, fazendo violência contra os policiais. Daqui a pouco também - nós temos certeza -, que como as coisas são feitas atualmente, e não se difere muito do que fez o regime militar, obviamente nós teremos cenas repetidas, freqüentemente, se a imprensa do Paraná também não der divulgação a denúncias como esta posta da CPT. Eu creio que essa denúncia merecerá ocupar as páginas dos jornais e dos órgãos de imprensa do Paraná para que o Governo tenha inclusive a oportunidade de desmentir aquilo que está dito numa nota oficial de alguém que acompanhou o fato lamentável desta fazenda.

O que nós queremos - e quando fomos nesta tribuna não era entrar no mérito da invasão, mas sim no mérito da violência.

E nós não podemos viver num momento em que se diz que neste País vive-se democracia, nós não podemos aceitar pacificamente ato de violência tamanho, querendo com isso retomar até as velhas feridas do Regime Militar, que até hoje deixou pais e mães na esperança de ter um filho seu desaparecido, um filho seu morto pela violência dos atos daquela época.

Hoje não está sendo diferente, e as respostas a atos tão lamentáveis contra o ser humano como foram esses também merecerão a resposta, que é isso que nós pedimos à tribuna, não o mérito da invasão, mas o mérito da violência contra o ser humano que se diz viver democracia neste País.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Para concluir, Senhor Presidente, agradecendo o aparte do nobre Deputado Paulo Maia, veio-me uma reflexão sobre a equidade e o tratamento que a Justiça dispensa a trabalhadores e tubarões.

A imprensa do Paraná noticia que uma família, esperando 23 anos por uma decisão judicial que nunca vem, resolveu fazer justiça com as próprias mãos. Foram 23 anos esperando a decisão da Justiça.

Era uma família de agricultores. Agora, quando se trata de um grupo de trabalhadores, bóias-frias, arrendatários, sem-terras, que ocupam um latifúndio, em apenas 6 dias a Justiça dá uma decisão rápida, mobiliza um contingente de milhares de policiais e age com uma violência inusitada sobre os pequenos.

Esta é a democracia que infelizmente nós temos no Brasil, uma falsa democracia, falsos direitos iguais, onde os pequenos efetivamente não têm a quem recorrer.

E lamentamos também que o Governo do Paraná que disse simplesmente estar cumprindo uma decisão judicial hoje se nega a cumprir a decisão da Justiça do Trabalho que determina o pagamento de um reajuste para os trabalhadores do ITCF.

É lamentável que mais uma vez nós estejamos constatando que fomos enganados pelos nossos governantes.

Era isso e muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Concedo a palavra ao 4º orador inscrito Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os jornais de hoje estampam, em manchetes garrafais, que o TRE processa Campana por crime eleitoral.

Trecho de um dos jornais: "O Tribunal Regional Eleitoral decidiu ontem, por unanimidade, processar na Justiça Eleitoral, o Secretário de comunicação, Fábio Campana, por crime de calúnia e falsidade ideológica.

Campana que foi coordenador da campanha eleitoral do então candidato Roberto Requião, é acusado de ser o responsável pela veiculação no programa gratuito do TRE na TV e rádio, do depoimento do pistoleiro Ferreirinha.

O advogado de Campana, René Dotti, disse que irá recorrer da decisão do Tribunal com base no argumento de que todos os atos praticados na campanha, estão de acordo com a liberdade de imprensa".

Um grande absurdo contido nessa reportagem da Folha de Londrina.

Só para registrar nos Anais da Casa esta nota que está publicada na Folha de hoje, a exemplo de outros tantos jornais, a decisão do TRE.

Quicá o TRE agilize e dê um veredito final sobre esta grande palhaçada inventada pelo atual Governador Requião, no ano passado, através de Fábio Campana e de outros que contribuíram para a sua eleição. Espero que esse processo não fique sendo protelado meses ou anos a fio.

Eu acredito e espero que a Justiça realmente faça valer a razão e demonstre ao povo do Paraná que palhaçadas em campanha têm que ser punidas com severidade.

Ninguém pode ganhar eleição na base da fraude, como aconteceu no ano passado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Até quando teremos de suportar o mau cheiro que exala das entranhas do PMDB nessa remexida que o governador Roberto Requião teima a todo custo prolongar? Quanto tempo mais Requião dedicará fustigando Quércia para alijá-lo da presidência do PMDB, relegando a segundo plano ou a plano algum a administração do Estado.

O senhor Roberto Requião foi eleito, graças àquela farsa montada no decorrer da campanha; foi eleito para governador do Paraná, não para gastar o seu tempo, que

deveria ser utilizado em favor do desenvolvimento do Estado, e o dinheiro do povo do Paraná, nesse furibundo ataque ao ex-governador de São Paulo, cujos verdadeiros motivos não são ainda atendidos por ninguém.

Não interessam ao povo do Paraná as disputas internas do PMDB; a luta pelo poder. Interessam sim, os gastos promovidos por Requião. A revista Veja da última semana, avalia em duzentos mil dólares os gastos de Requião e de Quércia nessa vergonhosa lavagem pública de roupa suja. Dinheiro que o governador Requião esbanja como se fosse coisa sua e não do povo do Paraná, dilapidando a res pública, ele que se arvora em Catão das Araucárias, o vestal da moralidade, o guardião de todas as virtudes, o censor-mor de todas as coisas. Até quando, senhores, irá o governador Roberto Requião agredir as nossas inteligências? Entulha os jornais com delações a Quércia, querendo fazer-nos engolir que defende a probidade, preocupado que está com o que é feito com o dinheiro do povo paulista...

E o Paraná, e o que é que o seu governo faz em favor do povo deste Estado? Que obras faz, que benefícios traz? Mostra-se o governador Requião muito atento em pegar carona nas DENÚNCIAS ESTAMPADAS NOS JORNAIS PAULISTAS; GASTANDO DINHEIRO QUE NÃO É SEU SIMPLEMENTE PARA REPETI-LAS! Está vigilante com as denúncias de corrupção de auxiliares do ex-governador paulista, mas nem um pouco zeloso com os gastos que faz o Banco do Estado, não para promover os seus serviços mas para tentar denegrir a imagem de um banco privado e de seu ex-presidente, o atual senador José Eduardo.

Se é mesmo o vestal da moralidade, por que então mandou que os diretores do Banco do Estado respondessem ao pedido de informações que a ele encaminhei?, mesmo que não tivesse sido aprovado pela Comissão de Fiscalização, encaminhando-o formalmente aos responsáveis pela administração do banco?

Se tanto defende a transparência deveria ter feito isso, para que não pairasse a menor dúvida sobre a condução dos negócios do banco oficial, do banco de todos os paranaenses.

Os honrados representantes do PMDB nesta Casa não de convir que o governador Requião extrapola de atribuições como governador do Estado. Outra coisa não tem feito do que se preocupar com Quércia. Delenda Quércia, é o mote que adotou. Destruir Quércia a qualquer custo, gastando o dinheiro do povo para a realização de um seu projeto político.

Destruindo Quércia, alijando-o o processo sucessório, Requião fortalece seu cacife para vir a ser o vice de Brizola,

mesmo que para isso tenha, num primeiro instante em convalidar o governo Collor, empenhado também em desgastar o presidente nacional do PMDB.

Tudo bem que o governador Requião tenha as suas ambições políticas, alimente sonhos de vôos mais altos, procure consolidar-se como uma nova liderança emergente. Mas gastar dinheiro do povo para esse projeto é que é vergonhosa corrupção. Se está tão preocupado com a moralidade administrativa de governos que já se foram, por que ao invés de descarregar baterias num ex-governador de outro Estado não procura pôr a limpo as denúncias que foram levantadas contra o governo do seu antecessor, que utilizou a máquina administrativa para elegê-lo.

O ilustre Deputado Colombino Grassano colocou muito bem, a oportunidade que deveria ser aproveitada pelo governador Requião para esclarecer episódios da gestão do ex-governador Álvaro Dias, como nos casos da Secretaria da Saúde, da Promepar e do Banco Del Paraná? Aí o governador Roberto Requião se faz de cego, surdo e mudo, já que só tem olhos, ouvidos e boca para verberar contra Quércia.

As ações pela moralização devem começar pela própria casa. Caso contrário repete a história do macaco que criticava o rabo dos outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente. No Grande Expediente não há oradores inscritos.

Não há oradores no Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Telex n° 425/91, subscrito pelo Senhor Presidente da Federação da Agricultura do Estado, constante do expediente, solicitando providências no sentido de regularizar a situação, com o cumprimento urgente das decisões judiciais e com a adoção de medidas enérgicas de dissuasão, para evitar novas invasões de terras e para garantir o direito à propriedade.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, justificando sua ausência em Sessão Plenária do dia 14 do corrente mês,

em persistindo os motivos que impediram seu comparecimento nas sessões de ontem. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

O SR. NILTON BARBOSA - Gostaria que ficasse registrado o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Voto contrário do Deputado Nilton Barbosa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Só para registrar e comunicar a ausência do Deputado Rosinha, que se encontra no Sudoeste do Paraná, a serviço do Partido dos Trabalhadores, numa reunião com os nossos vereadores da Região.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Anotado. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério e outros, altera a redação dos artigos 88, 89, 90 e 91 - Seção I - Das sessões públicas do Regimento Interno. Com PARECER FAVORÁVEL da C.E. por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell e Ovídio Constantino, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO,  
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/91.

Dê-se ao Projeto de Resolução nº 22/91 a seguinte redação:

"Art. 1º - Os artigos 88, 89, 90 e 91 - Seção I - Das Sessões Públicas do Regimento Interno, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 88 - ...

§ 1º - A discussão da Ata não deverá exceder ao horário destinado ao Pequeno Expediente da Sessão, que terá a duração de quinze minutos, no qual deverá também ser feita a leitura do expediente, dos pareceres das Comissões, dos projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado o prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação.

§ 2º - ...

§ 3º - Na discussão da Ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra uma vez, e apenas para retificá-la.

Art. 89 - Findo o Pequeno Expediente passar-se-á ao Horário das Lideranças, destinado às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares, que versarão sobre assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de 10 (dez) minutos, proibidos apartes.

§ 1º - O Horário das Lideranças será atribuído aos Líderes por ordem inversa à determinada pelo número de integrantes das representações partidárias.

§ 2º - Aos Líderes de bancada é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

§ 3º - Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 4º - Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 90 - Findo o Horário das Lideranças, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º - Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no § 1º do artigo 101.

§ 2º - Não havendo número para votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida: mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3º - As votações não serão interrompidas salvo se se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º - Terminadas as votações, o Pre-

sidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado se nenhum Deputado se houver inscrito ou solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 5º - Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

Art. 91 - Após concluída a Ordem do Dia, passar-se-á ao Grande Expediente, assim distribuído:

I - sessenta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de 10 (dez) minutos, permitido apartes;

II - trinta minutos destinados às explicações pessoais, a Deputados que solicitarem a palavra para versar sobre assunto de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de dez minutos.

§ 1º - Os sessenta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º - A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de dez minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) ERNANI PUDELL

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio: Paulo Maia, Mário Bezerra e Emília Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Buscamos, com o presente substitutivo geral, tão somente assegurar neste Parlamento uma das funções que o próprio nome define: a discussão dos assuntos de interesse comum e que afetam o conjunto da sociedade.

Neste sentido, e sendo este o pensamento a balizar a atuação de todos os Senhores Deputados, contamos com a aprovação unânime da presente.

Será enviada à Comissão Executiva para reestudo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/91, de autoria dos Deputados Cezar Silvestri e Albino Corazza, altera a redação do Art. 10 da Lei nº 8933 de 26/01/89, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas em nº de 03 (três), de autoria de vários Senhores Deputados, devidamente apoiadas,

nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01

AO PROJETO DE LEI Nº 149/91.

Acrescente-se à redação proposta pelo Projeto de Lei nº 149/91 ao artigo 10 da Lei nº 8933, de 26.01.89, o seguinte Parágrafo:

"§ 2º - A exclusão de que trata o inciso III deste artigo somente beneficiará as empresas cujo valor anual de entrada de mercadorias não exceda a dez vezes o limite de entradas definido em Lei para o enquadramento no regime fiscal das microempresas".

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) ERNANI PUDELL

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio: Renato Adur e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Objetivamos com a presente Emenda tão somente assegurar que o benefício seja estendido aos pequenos e médios comerciantes, pretensão apontada pelos autores em sua justificativa.

A permanecer com a redação original, a matéria ensejaria que, de forma indistinta, todos viessem a beneficiar-se da medida, o que não é, certamente, a intenção nem dos autores, nem deste Parlamento.

Contamos, em vista do exposto, com a aprovação unânime da presente pelo Plenário.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 1º - O artigo 10 da Lei 8933 de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 - Não integra a base de cálculo do imposto o montante do:

I - ...

II - ...

III - acréscimo financeiro cobrado nas vendas a prazo, para consumidor final.

Parágrafo Único - a exclusão que trata o inciso III, é condicionada:

I - ...

II - ...

III - ...

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) DALTON MACHUCA

Apoio: Nelson Justus, Lourenço Fregoneze, Cezar Silvestri, Rossoni e Arlindo Trojan.

JUSTIFICATIVA:

A proibição de vendas com preços abaixo da tabela é mecanismo não recomendável, principalmente quando o mercado é vendedor, trazendo prejuízos ao consumidor que não poderá aproveitar as promoções de queima de estoque ou liquidações.

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03**

Art. 1º - O artigo 10 da Lei 8933 de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 - Não integra a base de cálculo do imposto o montante do:

I - ...

II - ...

III - ...

Parágrafo Único - a exclusão de que trata o inciso III, é condicionada:

I - à indicação, no documento fiscal relativo à operação, do preço à vista e dos acréscimos financeiros;

II - a que o valor excluído não exceda ao resultado da aplicação de taxa - que represente as praticadas pelo mercado financeiro - fixada mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda, sobre o valor do preço à vista;

III - o acréscimo financeiro que exceder ao valor estabelecido no item II acima, será tributado pelo valor total da venda a prazo, de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.91.

(a) DALTON MACHUCA

Apoiamento: Nelson Justus, Lourenço Fregonese, Cezar Silvestri, Rossoni e Arlindo Troian.

**JUSTIFICATIVA:**

O cálculo e a divulgação mensal da taxa torna mais real o custo financeiro a que as empresas estão sujeitas.

A substituição da Taxa Referencial (inciso II), visa adequar os custos já mencionados, além de ser a própria Taxa Referencial um indexador transitório, como foram a OTN, ORTN, BTN, etc.

Em discussão o Projeto e a Emenda de autoria da Bancada do PT.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas um esclarecimento até aos autores do Projeto.

Ontem, nós levantamos algumas dúvidas sobre esse projeto e ficamos de conversar com o Deputado Cezar Silvestri e o Deputado Albino Corazza - que infelizmente não se encontra, e nós apresentamos a Emenda apenas, pelo menos, com o objetivo de que pudesse essa discussão ser assegurada, e que a gente pudesse então, conversar mais profundamente sobre esse projeto e sua repercussão, com o Secretário de Finanças - que hoje não consegui localizá-lo, está em viagem - e apresentamos uma emenda que basicamente fixa o limite dessa isenção para aquelas empresas cujo faturamento seja dez vezes superior ao definido para o regime fiscal das microempresas do Paraná.

Então, o objetivo da Emenda foi esse,

no sentido de assegurar que pudéssemos conversar e ter maior segurança no momento que a nossa Bancada for votar, para que esse projeto realmente seja, e atenda aos interesses do povo do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encerrada a discussão.

O Projeto vai ser encaminhado a C.C.J., para apreciar a Emenda do PT.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que denomina como "Teatro José Maria Santos", o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que declara de Utilidade Pública o "Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade - IEPE", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/91, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, que institui o "Dia Estadual de Conscientização Política", conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Doutora Myriam Salles de Souza Lima. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário Benemérito do Paraná ao Professor Ruy Noronha de Miranda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI", com sede em Porto Rico - Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a "Guarda Mirim de Porto Rico" - PR. Com PA-



RECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 251/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Urano", com sede e foro no município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 032/91, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que acrescenta no art. 33, § 1°, o inciso XIII do Regimento Interno. Com PARECER FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 60, de 28.05.91).

#### COMISSÃO EXECUTIVA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 032/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado DALTON MACHUCA, o Projeto de Resolução em exame visa acrescentar ao Art. 33 § 1°, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, o inciso XIII, com a seguinte redação:

"XIII -- Aplicar, por decisão da maioria, a penalidade prevista no art. 214, inciso V do Regimento Interno."

Realmente, ao examinarmos o Regimento Interno desta Casa, verificamos a existência da omissão do dispositivo que se quer acrescentar, no elenco das atribuições privativas da Comissão Executiva.

Ao se considerar que o parágrafo único do Art. 241 estabelece a competência do Plenário para a aplicação das penalidades previstas em seus incisos I a IV, não há atribuição de competência para aplicação do inciso V.

Nestas condições, sendo oportuna a iniciativa, pois objetiva sanar lacuna existente no Regimento Interno, opinamos no sentido de que o projeto prossiga em sua tramitação por esta Casa.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados.

Em que pesem as boas intenções do nobre Deputado Dalton Machuca ao acrescentar ao art. 33, § 1°, mais um inciso ao Regimento Interno, eu votarei contrariamente. Isto porque, não é possível que esta Casa aceite que uma comissão constituída por um determinado número de membros deste Poder, possa resolver sobre um man-

dato de um Deputado, que conquistou nas urnas, através da vontade soberana do povo do Paraná.

Diz o art. 241 do Regimento Interno, no seu inciso V, que: "o Deputado que faltar por dez sessões consecutivas, poderá ter seu mandato suspenso por um determinado tempo, desde que seja aprovado em votação secreta pelo Plenário da Casa".

Pretende o nobre Deputado Dalton Machuca, eliminar o inciso V do art. 241 do Regimento Interno da Casa, porque consiste numa aberração. Não podemos deixar aos "humores" de uma comissão constituída por um determinado número de membros, o destino de um mandato de qualquer Parlamentar desta Casa.

Por esta razão, voto contrariamente, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Continua em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Pelas mesmas razões invocadas pelo Líder Erondy Silvério - na condição de Líder interino do PMDB - recomendo à Bancada que vote contrariamente a este Projeto.

O Regimento votado por esta Casa já define qual o procedimento que a mesma deve adotar para impor sanção a Deputado que venha a transgredir qualquer norma constitucional ou legal.

Por estas razões, nós também não entendemos que uma comissão, pura e simplesmente, possa ter o poder decisório, definitivo, de punir a qualquer Deputado.

Encaminho o voto contrário ao referido Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Continua em votação o Projeto.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Rejeitado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/91, de autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal que interliga Castro a Cerro Azul, passando pelo Distrito de Socavão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 50, de 09.05.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N° 171/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Domingos Carva-

lho, o projeto ora em apreciação, autoriza o Executivo a estadualizar a Estrada Municipal que interliga Castro a Cerro Azul, passando pelo Distrito de Socavão.

De caráter autorizatório e, estando devidamente instruído, não encontramos nenhum impedimento a sua tramitação normal nesta Casa, razão pela qual nosso parecer é pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 171/91

PARECER:

O projeto de lei em tela, visa autorizar a estadualização da Estrada Municipal que interliga Castro a Cerra Azul.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar quanto ao mérito, entende que a proposta, em sendo ratificada facilitará, em âmbito estadual a conservação e manutenção de tal rodovia.

Portanto, somos de parecer FAVORÁVEL pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) CÉZAR SILVESTRI

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 200/91, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que revoga o parágrafo único da Lei n° 9.291, de 07.06.90. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 60, de 28.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 200/91

PARECER:

Em analisando, sob os prismas legais, constitucionais e regimentais, a proposição supra, de autoria do nobre Deputado Colombino Grassano, nada encontramos que pudessem inviabilizar sua apreciação pelo Plenário.

É o parecer FAVORÁVEL.

Sala das Sessões, em 11.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 200/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Colombino Grassano, tem por finalidade revogar o parágrafo único da Lei n° 9.291, de 07.06.90.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(a) CÉZAR SILVESTRI

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para encaminhar) - Senhor Presidente, na condição de Líder do PMDB, recomendo à Bancada e também aos demais Parlamentares que têm constituído bloco de sustentação do Governo, o voto contrário ao referido projeto, em que pese a minha amizade profunda ao Deputado Colombino Grassano e a amizade e admiração que tenho pela cidade de Arapongas, entendendo, e por esta razão sugiro à Bancada que vote contrário, que este Projeto não deve ter o seu encaminhamento normal. Por que? Porque a Lei a que Sua Excelência se refere e que pretende eliminar um, aliás o único parágrafo nela existente, é a Lei 9291, de 7 de junho de 90. É a Lei que autorizou a doação do terreno para nele ser edificada a sede da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, e tão somente a sede. Diz aqui o parágrafo que Sua Excelência pretende eliminar: "A anuência de que trata esta lei será prestada se o imóvel que a Associação Comercial receber na permuta ficar gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade e que seja exclusivamente utilizado na construção do edifício sede da referida Associação". E o que fez aquela entidade? Construiu um prédio, mas um prédio com inúmeros andares e pretende agora aliená-los. E a lei que autorizou a sua doação não permite isso! E nós, como defensores do interesse do povo, não podemos, pura e simplesmente, através da supressão de um parágrafo autorizar que a referida entidade altere a finalidade pela qual ela, em boa hora, buscou o amparo desta Casa.

Por esta razão nós entendemos que este projeto deva ser rejeitado. Não temos o direito, ao meu ver, de através de uma simples lei alterar a lei que instituiu esta doação para que a Associação Comer-

cial possa alterar inclusive a finalidade pela qual o Governo do Estado doou a ela este terreno.

Encaminho, mais uma vez o voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. NELSON JUSTUS (Para encaminhar) - Senhor Presidente, eu quero crer que estou, de certa forma, sem condições de votar este Projeto, até porque acho que é um pouco aético nós deixarmos de solicitar que seja retirado da pauta esta votação, principalmente pela ausência, hoje, do seu proponente, quanto mais consideramos que ninguém melhor do que a própria comunidade de Arapongas, do que a própria Associação Comercial de Arapongas, do que a própria Prefeitura Municipal de Arapongas estariam em condições de pleitear, porque ninguém melhor do que eles poderiam avaliar e analisar o que seria melhor para a sua comunidade.

Gostaria de solicitar, nesta oportunidade, Senhor Presidente, a retirada por dez Sessões da votação deste Projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - O projeto já está em fase de votação, Deputado, infelizmente temos que votá-lo hoje.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Antes, pela ordem, eu gostaria de reafirmar o apelo que fez o Deputado Justus, porque nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, em que pese o respeito que nós devotamos ao autor deste projeto, mas as razões que aqui foram expostas pelo ilustre Deputado Tavares nos deixa preocupados com relação do posicionamento a ser tomado. Nós, em princípio, votaríamos contrário a este projeto, mas por outro lado gostaríamos também de ouvir a defesa desse projeto, pelo seu autor, ao qual, repito, nós temos profundo respeito.

Então, nesse sentido reafirmamos o apelo de retirada da Ordem do Dia, deste projeto. Acredito que a Mesa saberá entender, eu acho que o mais importante é preservar o interesse público e nós gostaríamos de ver este projeto sendo retirado da Ordem do Dia.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, eu queria pedir ao Deputado José Tavares, já que ele tem também o máximo respeito pelo Deputado Colombino Grassano, já que ele não está nessa Casa e a Presidência não quer permitir a retirada deste projeto por 10 sessões, que nós votássemos hoje, em homenagem ao Deputado e que na próxima sessão então o Deputado Colombino Grassano viesse à tribuna e analisasse com todos os Parla-

mentares o porquê desse Projeto, aí sim nós tomaríamos uma atitude, ou votaríamos sim, ou votaríamos não. Esse seria o meu pedido ao ilustre Deputado, Vice-Líder do PMDB nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Eu gostaria só de afirmar ao Deputado que não é só a presidência que não quer retirar o projeto, o artigo 159 diz claramente: "Antes de ser iniciada a discussão de um Projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez mediante Requerimento inscrito e assinado por Deputado".

O projeto está em votação. Deputados que forem favoráveis ao projeto permaneçam como estão. Rejeitado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) - Eu queria pedir verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A Mesa irá proceder à verificação.

Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Treze Deputados aprovam o projeto.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas registrando a posição do Partido dos Trabalhadores que foi em acatamento do PSB, em acatamento a sugestão do nobre Deputado Alborghetti, e nós nos reservamos o direito de após ouvidas, em 2.<sup>a</sup> discussão, as posições e a defesa desse projeto do Deputado Grassano. Eu apenas quero registrar então que, o PT, nós votamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Deputados que forem contrários ao projeto queiram levantar-se. Vinte Deputados são contrários ao projeto. Projeto rejeitado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1934, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1923, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1927, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1922, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - A súmula desse projeto por favor.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - (Lê o projeto).

**Aprovado o requerimento.**

Requerimento de n° 1921, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)  
- Do que se trata esse projeto Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Lê o projeto.

Aprovado.

Requerimento de n° 1920, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1917, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1916, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1924, 1925, 1926, 1928, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1929, 1930, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1931, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1932, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1933, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Aprovado.

A SRA. EMÍLIA BELINATI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. No Congresso Nacional o Deputado Amaral Neto do PDS do Rio de Janeiro, propôs a Emenda Constitucional n° 001, que prevê a adoção da Pena de Morte no Brasil, com a realização de um plebiscito 18 meses após a votação.

(Lê): "O Deputado quer dar uma marcha a ré na história. O mais triste é constatar que ele consegue muitos seguidores.

A emenda é reconhecidamente inconstitucional. Fere os artigos 5° e 60 da Constituição Federal, que garante expressamente o direito à vida, e veda a apresentação de emendas tendentes a abolir este direito.

Como se não bastasse esta afronta à Constituição, já está por demais demonstrado que a pena de morte é ineficaz no combate à violência e merece a nossa

mais direta e franca repulsa.

Há algum tempo, sabendo que esta tese é razão de vida do Deputado Amaral Neto seduz novos adeptos, estou empenhada numa campanha de conscientização contra a pena de morte. Fui buscar na OAB-PR o apoio necessário a esta iniciativa, já que, com o peso e a tradição de luta democrática da entidade, ela foi uma das primeiras a se manifestar contra a desumana proposta.

Um questionamento se levanta neste momento: como vamos entregar a um Estado que não garante os direitos básicos da cidadania aos brasileiros, o direito de matar?

Nesta hora é importante lembrar o caso do último executado no país: o fazendeiro Manoel da Mota Coqueiro, acusado de chacinar a família do colono Francisco Benedito, em Macaé, no Estado do Rio. Era 26 de agosto do ano de 1855, período do Império. E só 22 anos depois de Mota Coqueiro ser enforcado é que foram descobertos os verdadeiros autores da chacina.

Em lembrança a esta verdadeira história de horror é que pretendemos trazer a este Plenário, no próximo dia 26 de agosto, a voz de um experiente criminalista paulista, Dr. José Ribeiro Batocchio, que também se insurge contra a pena de morte.

Considerando a importância do tema, estamos sugerindo a todas as Câmaras Municipais paranaenses, para que naquele dia também se manifestem sobre o assunto.

Como parlamentar, e também como cristã, acredito que temos é que trabalhar para garantir aos brasileiros vida digna e plena aos direitos que a cidadania confere. Assim, só podemos dizer um sonoro NAO à pena de morte!

(Termina de ler).

Esse requerimento que nós estamos encaminhando hoje requer que a primeira hora da Sessão Ordinária do dia 26 de agosto seja destinada à recepção e palestra do Presidente da OAB de São Paulo sobre a pena de morte, de conformidade com o Artigo 62 do Regimento Interno desta Casa.

Ontem às 18:30 horas nós participamos no Plenarinho da Assembléia de uma palestra proferida pelo Dr. João Faria Júnior, que nós, principalmente nós como Parlamentares temos que combater as causas que levam os indivíduos a cometer o crime. E o Deputado Amaral Neto está propondo o combate não a causa mas a consequência dessa causa, o crime é uma consequência de uma série de causas, sócio-econômica, educacional, desestruturação familiar. Então nós estamos sugerindo, entrando com um requerimento solicitando que a primeira hora do dia 26 de agosto seja destinada a ouvirmos o Presidente da OAB de São Paulo, um jurista renomado no Brasil que virá falar contra a pena de morte.

Nós gostaríamos de convidar os nobres

Deputados para que participem hoje às 18:30 no Plenarinho da Assembléia, numa promoção da OAB, uma palestra sobre o menor infrator. Acho que o momento é propício, é uma época em que todos estão falando e se preocupando com o problema do menor carente, do menino de rua. Então nós gostaríamos de contar com a presença dos nobres Deputados hoje às 18:30 no Plenarinho da Assembléia.

Muito obrigado!

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Quero registrar o nosso apoio integral à iniciativa da nobre Deputada Emília Belinati. Nós entendemos que hoje no Brasil é fundamental se discutir a vida e não formas de retirar a vida. Está comprovado por estudos estatísticos que mais de 90% dos crimes que ocorrem, eles têm como causa problemas sócio-econômicos, os desvios de personalidade são fator menor, minoritário que influencia a prática do crime, do delito. É preciso lembrar que no Brasil nós estamos sendo denunciados pela anistia internacional como um dos Países que permite o massacre de seus menores, são milhares e milhares de crianças, meninos de rua que estão sendo assassinados diariamente, anualmente nesse país afora. É preciso lembrar que esse País já tem a pena de morte instituída, mas é aquela pena de morte que traz através da subnutrição, através da falta de assistência, através da ausência de saúde, através do apoio efetivo e do respeito aos direitos da cidadania.

Então nós entendemos que nesse momento que nós assistimos nos morros cariocas, nas favelas dos grandes centros do País se transformar numa verdadeira guerra civil nós não podemos admitir que, propostas atrasadas, conservadoras, absurdas, sejam sequer discutidas pela sociedade brasileira. O que esse País precisa efetivamente é discutir distribuição de renda, é discutir o respeito à infância, é discutir o respeito e a dignidade aos idosos. É isso efetivamente que esse País precisa.

Nós não iremos combater a violência, com mais violência, jamais. E é preciso lembrar também, que o Brasil já teve a sua pena de morte; e um caso que se comprovou, após a aplicação da pena capital, após dez anos, se comprovou que uma dessas pessoas que havia sido assassinada pelo Estado, que havia sido condenada à morte, era inocente. Foi este fato que levou a justiça brasileira, toda a cultura brasileira, digo toda a cultura jurídica brasileira, a extirpar a pena de morte, do nosso ordenamento jurídico. E nós sabemos que, a pena de morte não existem formas de nós conservarmos um eventual erro judiciário, na sua aplicação.

É por isso, que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores também somos contrários a sequer submeter o povo brasileiro, neste momento de comoção social, neste momento de grave crise, em que os próprios valores morais e éticos estão abalados, nessa sociedade que está confusa, nessa sociedade que muitas vezes, não sabe sequer a direção que deve tomar, nesse momento em que se explora a miséria da vida humana neste País pelos canais de televisão, que fazem aprofundar a ignorância e o preconceito quanto às pessoas menos favorecidas, contra aqueles que vivem na marginalidade empurrados por uma questão social, nós não podemos admitir que essa discussão falsa sobre os nossos reais problemas sejam colocados na Ordem do Dia.

Lembramos também aos ilustres Deputados, que já votaram recentemente por unanimidade, um manifesto contrário à convocação da pena de morte, nesta Casa, e que foi por iniciativa da Bancada do Partido dos Trabalhadores em conjunto com a Bancada do PSB.

Era isso. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Em votação. Continua em votação o requerimento.

Deputados que aprovam o requerimento da Deputada Emília Belinati, permaneçam como estão. APROVADO.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Meu voto contrário, do Deputado Alborghetti, com todo o respeito à Deputada Emília Belinati, eu sou a favor da pena de morte, em determinados crimes hediondos, que acontecem na Nação brasileira.

Numa outra oportunidade virei à esta tribuna para debater a respeito do assunto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está anotado, Deputado.

Requerimentos de n.ºs 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 1944, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, para encaminhar. Apenas, parece que a quantidade de requerimentos que o ilustre Deputado apresenta deve ter estourado o orçamento da União e do Estado, caso forem acatados. Imagino também que o Deputado não esteja em Plenário, porque deve estar à busca dos recursos, ao qual ele está pleiteando a construção de diversas obras.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Tudo bem. É um direito do Deputado. Nós vamos encaminhar.

Em discussão. Em votação. APROVADO.

Requerimento de n° 1945, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1903, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Para encaminhar, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Senhor Presidente, apenas para comunicar a Bancada do PMDB e o Bloco de Sustentação ao Governo que nós vamos votar favoráveis a este requerimento por não termos, evidentemente, nada a esconder quando questionado por um Parlamentar.

Trata de um requerimento de Pedido de Informações com base em uma publicação feita pelo Governador Roberto Requião, através da imprensa escrita, e nós temos também interesse de vê-la devidamente esclarecida à oposição já que nós sabemos que dinheiro público não foi empregado para a sua publicação. Por esta razão nós recomendamos o voto favorável neste caso em particular, nos reservando, todavia, para em outras oportunidades nos determos, individualmente, a cada requerimento encaminhado por qualquer Deputado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Em votação. APROVADO.

Requerimentos de n°s 1948, 1949, 1950, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1902, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Para encaminhar, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Senhor Presidente, apenas para dizer que não há como se opor a esse requerimento. O que a Bancada do PT quer saber é o que nós da Bancada do Governo sabemos:

qual o número de habitações construídas no Paraná com recursos aprovados por esta Casa, quais os municípios beneficiados, quantas famílias já foram beneficiadas e etc.

Portanto, nós somos também favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Em votação. APROVADO.

Requerimento de n° 1900, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, pela ordem.  
(Assentimento)

Eu vejo com grata satisfação a nova Liderança do PMDB aberta, democrática, transparente e até estimula a nossa Bancada, do Partido dos Trabalhadores a reapresentar os dois requerimentos que foram rejeitados: um que solicitava certidão das conclusões da comissão criada pelo Decreto 643 do ilustre Governador Roberto Requião, que não foi aprovado, e também um outro requerimento dando conta das informações que por certo será prontamente atendido, dando conta do perfil dos gastos com publicidade no Estado do Paraná que foram enviados ao Secretário de Comunicação Social e, até o momento, não respondidos.

De forma que quero aqui parabenizar o ilustre Deputado José Tavares, do PMDB. Acho que está em boas mãos a Liderança do Partido e isso nos anima a ter uma convivência mais fraterna, mais democrática com a Bancada Governista doravante.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 116/91, 128/91 e 129/91.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 171/91.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 218/91, 241/91, 242/91 e 245/91.

Levanta-se a sessão.